

# Teoria *Stewardship* na Contabilidade: Desafios, Tendências e Influência

**Ana Luísa Moutinho\***

Graduanda do curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Roberto Silva da Penha**

Professor do curso de Administração da UFMG, doutorando em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília - UnB.

**Maria Aparecida do Nascimento Cavalcanti Marques**

Mestre pelo Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis - UnB/UFPB/UFRN. Professora do curso de ciências contábeis da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

## RESUMO

A área de finanças e contabilidade tem sido alvo de constantes pesquisas, que se baseiam em teorias para que estas possam ser validadas ou refutadas na tentativa de lançar um melhor olhar sobre as organizações quanto a governança. O *Stewardship* surgiu no Reino Unido e é visto como uma relação onde um indivíduo responsável pela execução de tarefas ou funções está sujeito a supervisão, direção ou solicitação de outros e posteriormente prestará contas de suas atitudes. O objetivo desta pesquisa é identificar os desafios, as tendências e influências da teoria *Stewardship*, nas publicações nacionais e internacionais em contabilidade. Através de uma busca no Portal de Periódicos Capes foram analisados 112 artigos. O levantamento das correlações dos temas resultou em 5 principais associações, que são: órgão padronizador, gerenciamento de resultados, demonstrações financeiras, normas contábeis e contexto histórico. A análise das publicações por autores internacionais apontou que Christoph Pelger e Pieter Buys, tiveram 3 pesquisas. Por fim, evidencia-se a necessidade de maiores discussões sobre a Teoria do *Stewardship*, visando espalhar a cultura dos objetivos alinhados e do comprometimento dos gerentes com a empresa.

**Palavras-chave:** Teoria *Stewardship*; Finanças; Governança corporativa; Contabilidade.

## STEWARDSHIP THEORY IN ACCOUNTING: CHALLENGES, TRENDS AND INFLUENCE

### ABSTRACT

The area of finance and accounting has been the subject of constant research, which is based on theories so that they can be validated or refuted in an attempt to get a better look at organizations regarding governance. Stewardship has emerged in the UK and is seen as a relationship where an individual responsible for performing tasks or duties is subject to supervision, direction or solicitation from others and will later account for their attitudes. The goal of this research is to identify the challenges, trends and influences of Stewardship theory in national and international accounting publications. Through a search in the Capes Periódicos Portal, 112 articles were

---

\*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondência.  
Roberto Silva da Penha - robertorrcontabilidade@hotmail.com

analyzed. The survey of the correlations of the themes resulted in 5 main associations, which are: standardization body, results management, financial statements, accounting standards and historical context. The analysis of the publications by international authors pointed out that Christoph Pelger and Pieter Buys, had 3 researches. Finally, there is a need for further discussions on Stewardship Theory, aiming to spread the culture of the aligned objectives and the commitment of the managers to the company.

**Keywords:** Entrepreneurship; Business Incubators; Supports; Services.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora o objetivo de uma empresa ou negócio empresarial seja, comumente, definido em função da maximização dos lucros, isso não explica o propósito mais profundo das atividades comerciais. Segundo o entendimento de Byron (1988), todas as ações comerciais, por mais simples que sejam, têm por trás de si, uma explicação teológica, como, por exemplo, pelo simples ato da disponibilização de oportunidades para outras pessoas serem produtivas, através de trocas justas etc.

Assim, numa perspectiva teológica, o propósito da atividade comercial seria servir a um povo no caminho da salvação, organizando a base material de seu trânsito através da vida. Isso, a teologia insistiria, isto é, todo trabalho/negócio deve ser feito com justiça, sem prejuízo ou diminuição de si mesmo ou de outros serviços. Deve ser feito, além disso, com especial cuidado para assegurar a preservação dessa base material vinda de Deus para servir as gerações futuras (BYRON, 1988).

O aspecto da religião também envolve outras áreas do ramo de negócios, como a contabilidade. Na evolução da contabilidade, nota-se que a religião é uma área de conhecimento com fortes ligações históricas com o desempenho das atividades mercantis, econômicas e sociais. Em todas as etapas da história da humanidade, a contabilidade esteve presente, registrando, controlando e informando (OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, partir de estudos, como o de Byron (1988), que trouxe as discussões da teoria *Stewardship*, presentes na filosofia e teologia, para a área de negócios, que essa teoria passou a ser estudada como uma visão alternativa para as relações existentes entre os atores do mundo empresarial. No escopo de negócios, as discussões se aprofundaram, inicialmente, no Reino Unido, e é vista como uma relação em que um indivíduo, responsável pela execução de tarefas ou funções, está sujeito à supervisão, direção ou solicitação de outros, que fornecem informações ou justificativas para suas ações (AKPANUKO, 2013; LENNARD, 2007).

A Teoria do *Stewardship* define situações, nas quais os gerentes deixam de lado seus objetivos individuais e se alinham aos objetivos da empresa. Ou seja, mesmo quando não está totalmente de acordo com os objetivos do principal, o gerente deposita mais valor na cooperação, visto que haverá mais utilidade e racionalidade nesse comportamento (DAVIS; SCHOORMAN; DONALDSON, 1997). *Stewardship* é um

termo considerado de difícil tradução para o português, visto que engloba conceitos complexos de responsabilidade e liderança, além dos deveres dos acionistas (CUNHA, 2013). Esses códigos, que se originaram no Reino Unido após a crise financeira mundial, agora se espalham por todo o mundo, especialmente no continente asiático (TSUKIOKA, 2017).

O Reino Unido, em 2010, passou a adotar o *Stewardship Code*, o qual, no mundo das finanças corporativas, representaria, de forma análoga, uma espécie de código de governança corporativa, calcada em princípios de bem-estar geral e desenvolvimento das organizações. Esses princípios vigorariam partindo da premissa que os agentes trabalhariam de forma a pensar no coletivo e não de forma individual, de maximização da própria utilidade, em detrimento da repercussão para os demais agentes e organizações (HILL, 2017).

Para os defensores da teoria do *Stewardship*, o alinhamento dos objetivos proporcionaria uma liderança mais ética e virtuosa, maior confiança e comprometimento por parte dos *stakeholders* e, conseqüentemente, menor gasto com monitoramento dos executivos (SILVEIRA, 2010). Resultaria, portanto, diferente dos custos mais elevados de monitoramento, em tese, presentes na perspectiva da teoria da agência, visto que defende que os gestores buscam maximizar a própria utilidade individual (JENSEN; MECKLING, 1976).

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta como problemática a seguinte questão: quais os desafios, as tendências e influências da teoria *Stewardship*, apresentados nas publicações científicas nacionais e internacionais em contabilidade? Para tanto, visando a problemática, tem como objetivo identificar os desafios, as tendências e influências da teoria *Stewardship*, nas publicações nacionais e internacionais em contabilidade.

Assim, este estudo se justifica em função da área de finanças possuir muitas pesquisas assumindo os pressupostos da teoria da agência (SUNDER, 2014), mas que não avança nos aspectos da cooperação apontados pela teoria *Stewardship* (DAVIS; SCHOORMAN; DONALDSON, 1997). Desse modo, a teoria *Stewardship* traz uma visão complementar que permite um novo olhar sobre como entender as diversas interações entre os agentes nas organizações, além de ser esta uma teoria relativamente recente, aplicada como base em trabalhos envolvendo as finanças empresariais, especificamente a contabilidade.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1. Stewardship Code

Em 2010, o Reino Unido tornou-se o primeiro país a adotar o *Stewardship Code*, o qual consiste em sete princípios e opera com base em "cumprir ou explicar", sendo que o acionista aceita ou explica o porquê de não aceitar o princípio. O código destina-se a investidores institucionais, proprietários de ativos, gestores de ativos com participações em empresas listadas no Reino Unido e prestadores de serviços, como consultores de procuração e consultores de investimentos (HILL, 2017).

Segundo Cunha (2013), sete premissas básicas devem ser observadas no *Stewardship Code*: 1) Tornar pública sua política sobre deveres fiduciários; 2) Ter uma robusta política de administração de conflitos de interesse; 3) Monitorar as empresas investidas; 4) Estabelecer critérios sobre “escalamento” do engajamento com as empresas. 5) Estar disposto a atuar em conjunto com outros investidores. 6) Ter uma política clara sobre votos e divulgação de votos; 7) Relatar suas atividades fiduciárias com frequência.

Por seu turno, o governo japonês, em 2014 aprimorou seu sistema de governança corporativa através da adoção de alguns princípios e códigos com base em princípios do *Stewardship*. Assim, código *Stewardship* do Japão busca incentivar os investidores institucionais, visando o engajamento estruturado ou o diálogo proposital, a fim de aumentar o retorno dos investimentos, melhorar o valor corporativo e realizar um crescimento sustentável (TSUKIOKA, 2017).

Embora possuam muitas características comuns, há uma divergência no propósito desses códigos. Enquanto o Reino Unido estava preocupado em controlar o risco na era pós-crise, o Japão estava focado em aumentar o retorno dos investidores, diminuir rentabilidade e buscar um “crescimento sustentável” (HILL, 2017).

### 2.2. Stewardship e contabilidade

Segundo definição de Akpanuko e Asogwa (2013), o *accountability* é uma relação de prestação de contas entre duas pessoas ou instituições, com responsabilização de quem está fazendo a negociação. Para esses mesmos autores, só existe este

*accountability* quando há pessoas ou instituições numa posição de *stewardship*, ou seja, alguém que recebeu uma responsabilidade de tomar conta de algo.

Em síntese, cabe ao gerente usar os ativos, que lhes foram confiados, em benefício dos acionistas e, depois, prestar contas do seu uso (LENNARD, 2007). Quando essa prestação de contas envolve informações financeiras, chama-se de *stewardship contábil*. Fica claro, assim, que um dos objetivos das informações contábeis é fornecer informações para evidenciar as atitudes do gestor perante os recursos da entidade (MACHADO; CARVALHO, 2017).

Dessa forma, para o desenvolvimento do *Stewardship Code*, a contabilidade significa um item importante no escopo de finanças, principalmente com relação a essas novas práticas. Segundo estudo feito por O'Brien, em 2009, os quadros conceituais do *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, *International Accounting Standard Board (IASB)* alteraram conceitos para conseguir estabelecer um novo modelo de relatório financeiro, baseado no valor justo, afetando os investidores que se apoiavam nas demonstrações financeiras para tomar suas decisões. Ainda segundo o autor, os relatórios emitidos não funcionavam como avaliação da empresa e sim como um coadjuvante para se chegar ao laudo, que possibilitaria uma estimativa do negócio analisado (O'BRIEN, 2009).

A contabilidade, como ciência que registra e controla as mutações do patrimônio, necessita de bases confiáveis de mensuração para que os fenômenos que a cercam possam ser registrados. Deve, todavia, fazer com que tais registros sejam representados por meio de valores monetários, que expressem o quanto de “valor” o item registrado retornará para a empresa. A discussão acerca da mensuração contábil é foco de vários estudos acadêmicos, que mostram quão necessária é a análise acerca dos critérios que envolvem o valor atribuído aos elementos reportados nas demonstrações (MARTINS, ARAUJO; NIYAMA, 2011).

A forma de mensuração adotada, geralmente, está ligada ao modelo de negócios da empresa e afeta a avaliação da gestão dos recursos investidos na organização (MACHADO; CARVALHO, 2017). Essa avaliação é feita através das demonstrações financeiras, que, segundo o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2011), são responsáveis pelo fornecimento de informações aos usuários, possibilitando a tomada de decisões.

Definir a base de mensuração mais apropriada para os elementos apresentados nas demonstrações financeiras continua a ser uma das questões mais complexas e polêmicas a serem discutidas (ANDERSON *et al.*, 2015). Falar sobre mensuração e *Stewardship* vai além das bases econômicas da contabilidade, pois a discussão engloba poder e questões organizacionais, dentro de um mesmo contexto social (MACHADO; CARVALHO, 2017).

Juntamente com as inovações nos relatórios financeiros em áreas esporádicas, há um processo constante de mudança de um paradigma de contabilidade básica, isto é, a antiga contabilidade de custo histórico vem sendo substituída pelo novo paradigma de contabilidade de valor justo. As demonstrações financeiras, baseadas em custo histórico, obscurecem a posição financeira real e os resultados das operações de uma empresa, e proporcionam amplo espaço para manipulação. Muitas vezes, o valor contábil histórico dos ativos e passivos tem apenas uma associação remota com valores de mercado. Essa situação permite que o gerenciamento manipule os ganhos relatados e esconda sua falta de realização real (BARLEV, 2003).

A preferência pelo valor justo depende, fundamentalmente, do mercado ou do modelo de insumos e de como eles afetam as características de acompanhamento do sistema contábil. (KUHNER, 2015). Uma crítica muitas vezes feita ao valor justo é que ele é menos confiável do que o custo histórico, para medir alguns instrumentos financeiros e itens, como os apresentados no nível 3, que não são participantes do mercado financeiro. O nível 3, segundo o CPC 46 (2012), é o método que permite mais subjetividade nos critérios para se mensurar um determinado item; enquanto que o nível 2 busca como parâmetro de mensuração um item similar no mercado; e o nível 1, estabelece o valor de mercado para itens do ativo ou do passivo idênticos.

A relevância de tal informação é fundamental, visto que não há confiabilidade se a informação não é relevante (RASHAD ABDEL, 2011). O valor justo está mais associado ao retorno de estoque, possibilitando um gerenciamento efetivo dentro da empresa, diminuindo os conflitos e custos e aumentando a eficiência da gerência (BARLEV, 2003).

A associação positiva entre avaliação e *Stewardship* pode ser conduzida por reações semelhantes de ambos os objetivos às mudanças na qualidade contábil (KUHNER, 2015). Para desenvolver uma avaliação adequada, devem-se unir as duas formas de mensuração, em que cada uma atenda as operações adequadas. O valor justo atuaria nos itens presentes no mercado, com cotação conhecida, e o custo

histórico seria responsável pelos itens não observáveis e pelas despesas de investimento (RASHAD ABDEL, 2011).

Nesse sentido, Gassen (2007) e Lennard (2007) desenvolveram uma pesquisa tendo como foco principal questionar se a base do relatório financeiro deveria basear-se apenas na utilidade de decisão que ele viria a ter, ou se deveria ser reconhecido como um objetivo separado. FASB e IASB também participam da discussão e definem *Stewardship* e teoria da decisão como objetivos paralelos, mas ramificados, visto que apresentavam ênfases diferentes.

Outros trabalhos também levantaram a discussão sobre a atribuição de valor aos itens reportados pela contabilidade (KUHNER; PELGER, 2015; KOTHARI; RAMANNA; SKINNER, 2010; LENNARD, 2007). Nesses estudos, os autores questionaram a base de valor atribuída aos relatórios financeiros, defendendo a importância do objetivo duplo nesses mesmos relatórios.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se deu através de uma revisão de literatura, sem, contudo classifica-la como análise bibliométrica, mas como uma revisão descritiva por meio de análises de conteúdo e da frequência trabalhada em cada artigo (PARÉ *et al.*, 2015). Assim, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, quanto ao objetivo; como documental, em função dos procedimentos adotados; e como qualitativa, dado que o problema buscava identificar a interação entre as variáveis analisadas (BEUREN, 2012).

Os artigos foram buscados no Portal de Periódicos Capes. Para a busca nacional, usou-se os termos “*stewardship*” e “contabilidade” no filtro “*Business & Economics*”, resultando, inicialmente, em 43 artigos; posteriormente, diminuindo para seis ao se limitar aos periódicos revisados por pares. Já na busca internacional, foram usados os termos “*stewardship*” e “*accounting*”, também no filtro “*Business & Economics*”, sucedendo 526 artigos, que se reduziram para 311 após a restrição dos periódicos revisados por pares. Destes 311, quatro não eram artigos e sete não estavam redigidos no idioma inglês, sendo descartados da amostra, restando 300 artigos. Dessa amostra inicial, foram extraídos os trabalhos repetidos e aqueles que retornaram na pesquisa, mas que restringia o acesso ao trabalho integral. Assim, resultou em 112 artigos no total, sendo 106 em periódicos internacionais, em língua inglesa, e 6 nacionais, em

língua portuguesa. Vale salientar que não houve filtro por período temporal, dada a relativa novidade da teoria *Stewardship* na área de negócios e em finanças.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados e, quando possível, faz-se uma análise dos tópicos considerados relevantes, relacionando com a literatura existente.

A Tabela 1, evidencia os temas mais frequentemente associados ao *Stewardship* e o período em que foram publicados, vale ressaltar que alguns trabalhos possuem mais de um tema envolvido. Segundo se observou, no período, inicial têm-se os trabalhos seminais, começando a estabelecer conceitos e levantar questionamentos até então sem respostas. Começaram-se discussões teóricas, principalmente, sobre os relatórios financeiros e o gerenciamento de resultados. No segundo período, começaram os estudos sobre os órgãos normatizadores, partindo do surgimento do IASB, em 2001, e na busca da sua influência nas normas contábeis.

**Tabela 1.**  
Principais temas

Principais temas por período	1980-1999	2001-2009	2010-2017	Total
Órgão padronizador	1	6	8	15
Gerenciamento de resultados	2	3	8	13
Normas contábeis	1	3	8	12
Demonstrações financeiras	2	2	9	13
Contexto histórico	1	2	7	10
Governança corporativa		3	5	8
Laudos de avaliação			8	8
Investimentos			6	6
Valor justo		3	3	6
Análise de mercado		1	4	5
Empresa familiar		3	3	6
Aplicação e riscos	1		4	5
<i>Disclosure</i>	1		3	4
Mensuração	1	2	1	4
Gestão ambiental		1	2	3
Inovação		1	2	3
Riscos e benefícios		1	2	3
<b>Frequência absoluta</b>	<b>10</b>	<b>31</b>	<b>83</b>	<b>124</b>
<b>Frequência relativa</b>	<b>8%</b>	<b>25%</b>	<b>67%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

No terceiro e último período, o assunto mais trabalhado relacionava-se aos órgãos padronizadores. Esse resultado é justificável, dado que nesse período (a partir de 2010) tenham se intensificado os estudos que buscavam interações com o modelo de contabilidade proposto, a partir do arcabouço conceitual em 2010, que fez estudiosos buscarem compreender a convergência existente entre os modelos do FASB e do IASB.

Também são comuns discussões envolvendo laudos de avaliação e utilidade das demonstrações financeiras, que perpassam todos os períodos analisados, como nos trabalhos de Henderson (2016) e Cordery e Sinclair (2016), evidenciando a atualidade da discussão e a ausência de novos posicionamentos por parte do FASB e IASB.

Ainda, analisando-se os trabalhos, notou-se a comum discussão dos órgãos padronizadores acerca do principal objetivo das demonstrações financeiras. Segundo Gjesdal (1981), elas possuem dois objetivos principais: (1) Auxiliar na tomada de decisões, principalmente aquelas voltadas para investimentos, ação conhecida como “demanda de decisão”; (2) Posteriormente, costumam delegar a tomada de decisão aos gerentes. Então, pode haver uma demanda de informações sobre as ações que são tomadas com o objetivo de controlá-las. Nesse caso, denomina-se como “demanda de administração”.

O gerenciamento de resultados afeta, diretamente, as finanças da empresa, pois é claramente passível de manipulação com a alta flexibilidade dos regulamentos e normas contábeis, que oferecem ao gerente diferentes alternativas para a contabilização de um mesmo evento (MATSUMOTO; PARREIRA, 2007). Essa questão reafirma a importância dos objetivos alinhados, que impossibilitem ao gestor tomar decisões que possam prejudicar a empresa, opondo-se aos objetivos e interesses individuais, que o impulsionam a atitudes que o beneficiaria particularmente, sem preocupações com a empresa em que está inserido. De forma sucinta, é tratada a relação entre o retorno das ações e seu gerenciamento e o resultado das escolhas por parte da gerência.

Já as normas contábeis garantem uma padronização das condutas, transparência e maior confiabilidade no processo. Diversos autores (VOULGARIS; STATHOPOULOS; WALKER, 2014; ERB; PELGER, 2015; KE; LI; YUAN, 2016) abordam a aplicação das normas em ambientes inovadores, e a forma como o país reage durante o processo de adaptação. São analisadas normas como o *International Financial Reporting Standards*

(IFRS), possíveis consequências de sua implementação em diversas nações e sua influência nos setores da economia nacional.

Quanto ao número de pesquisas nacionais sobre o tema, todas se deram no período de 2010 a 2017, registrando-se apenas seis pesquisas, um número bem inferior as 106 publicações em língua inglesa. Esses trabalhos internacionais foram publicados em diversos periódicos, conforme apresentado na Tabela 2, onde é possível perceber a existência de certa pulverização das publicações sobre o tema.

**Tabela 2.**  
 Publicações por Periódicos Internacionais.

Periódicos	Freq. Absoluta	Freq. Rel.	Freq. Rel.
Accounting, Organizations and Society	9	8,41%	8,41%
Critical Perspectives on Accounting	8	7,48%	15,89%
Journal of Accounting and Public Policy	5	4,67%	20,56%
Accounting Forum	5	4,67%	25,23%
Accounting History	4	3,74%	28,97%
ABACUS	4	3,74%	32,71%
Contemporary Accounting Research	4	3,74%	36,45%
The British Accounting Review	3	2,80%	39,25%
Review of Quantitative Finance and Accounting	2	1,87%	41,12%
OR Spectrum	2	1,87%	42,99%
Journal of Business Finance & Accounting	2	1,87%	44,86%
Koers - Bulletin for Christian Scholarship	2	1,87%	46,73%
Accounting Perspectives	2	1,87%	48,6%
Rev Account Studies	2	1,87%	50,47%
Journal of Accounting and Economics	2	1,87%	52,34%
Australian Accounting Review	2	1,87%	54,21%
The International Journal of Accounting	2	1,87%	56,08%
Corporate Governance: An International Review	2	1,87%	57,95%
Z Betriebswirtsch	2	1,87%	59,82%
Demais periódicos com uma publicação	42	40,18%	100%
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Nota-se a heterogeneidade de periódicos que publicaram sobre o tema, sendo que, aglutinando-se as revistas com 1 (uma) ou 2 (duas) publicações, totalizam, aproximadamente, 61% do total de artigos. Por sua vez, aproximadamente 25% dos trabalhos se concentraram em quatro periódicos, demonstrando que, apesar de relativamente novo o assunto, há uma aceitação, por parte dos editores, ou um alinhamento do tema (contemporâneo) com o perfil do periódico.

No tocante ao perfil das publicações, a Tabela 3 apresenta a quantidade de autores por artigo.

**Tabela 3.**  
 Total de autores por artigo.

Autores por artigo	Internacionais			Nacionais		
	Fr.Abs.	Fr.Rel.	Fr. Rel.Acum.	Fr.Abs.	Fr.Rel.	Fr.
1 autor	40	37,74%	37,74%	1	16,66%	16,66%
2 autores	34	32,07%	69,81%	1	16,66%	33,32%
3 autores	26	24,53%	94,34%	4	66,68%	100%
4 autores	6	5,66%	100%	-	0%	-
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>100%</b>		<b>6</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Analisando-se a Tabela 3, observa-se que maior parte das pesquisas partem de uma quantidade menor de autores para quantidades maiores, chegando-se à concentração de quase 95% das publicações desenvolvidas por até três autores no âmbito internacional em língua inglesa, e 100% no âmbito nacional. Notória é a concentração de 40 trabalhos desenvolvido por apenas um autor. Essa informação pode sugerir que o tema ainda não está sendo tão discutido por redes colaborativas, conforme concepção de Katz e Martin (1997).

No tocante às metodologias empregadas, aproximados 56% artigos se autodeclararam como adotantes da metodologia qualitativa e estiveram presentes em debates teóricos sobre as normas e consequências desta. Em seguida, despontou a metodologia qualitativa e quantitativa, com 41,5% dos trabalhos, que consistiram no uso de cálculos estatísticos e uso de tabelas que serviram de base e comprovação às teses defendidas pelos autores. Ressalta-se que o uso dessa metodologia mista é comum em áreas que necessitam de dados numéricos, mas que precisam ser associados à parte contextual.

O vínculo institucional dos autores está apresentado na Tabela 4. Nela são listadas as universidades nas quais os autores indicaram sua filiação.

**Tabela 4.**  
 Quantidade de trabalhos internacionais de acordo com o vínculo institucional.

Universidades	Freq.	Freq.	Freq. Rel. Acumulada
North-West University	5	4,71%	4,71%
University of Manchester	4	3,77%	8,48%

Universidades	Freq.	Freq.	Freq. Rel. Acumulada
University of Wisconsin	4	3,77%	12,25%
University of Melbourne	4	3,77%	16,02%
University of Canterbury	3	2,83%	18,85%
Johannes Kepler University Linz	3	2,83%	21,68%
University of Graz	3	2,83%	24,51%
Griffith University	3	2,83%	27,34%
University of California	3	2,83%	30,17%
Purdue University	3	2,83%	33,00%
Universidad Politécnica de Cartagena	3	2,83%	35,83%
Cardiff University	3	2,83%	38,66%
Universidades com 2 associações	46	43,43%	82,09%
Universidades com 1 associação	19	17,91%	100,00%
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

Dado o perfil da análise realizada neste estudo, não foi possível determinar a relação entre o perfil da instituição e as pesquisas realizadas. Todavia, em instituições consideradas de ponta, com recursos disponíveis para investimentos em pesquisa, espera-se que novas pesquisas, até então pouco exploradas, sejam alvo de investigações e despertem interesses em novos pesquisadores.

A Tabela 5 apresenta os resultados quanto aos autores mais prolíferos.

**Tabela 5.**  
 Autores mais prolíferos.

Autores	Quantidade
Christoph Pelger	3
Pieter Buys	3
Alfred Wagenhofer	2
Annalisa Prencipe	2
Geoffrey Whittington	2
Joshua Ronen	2
Lorenzo Pozza	2
Tim Murphy	2
Vincent O'Connell	2
Trevor Hopperf	2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados da pesquisa.

A análise dos autores mais prolíferos não apresenta grande concentração em determinados autores, sendo Christoph Pelger e Pieter Buys, os autores com mais artigos, mas que, juntos, totalizam apenas 2,84% de tudo que já foi publicado até o momento desta pesquisa. É habitual a presença de autores com apenas um artigo sobre

o tema, assim se mantendo neste estudo pela representação quase 90% das publicações. Provavelmente, os estudiosos ainda se mantenham mais distantes do tema pela grande aceitação da Teoria da Agência como influenciadora dos gestores, bem como pela falta de popularização das discussões. Seguindo o número de trabalhos que foram publicados por período, a perspectiva é que esse número cresça ainda mais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi identificar os pontos que vêm sendo discutidos sobre a teoria do *Stewardship*, evidenciando os desafios e as tendências apontadas nas publicações científicas brasileiras e internacionais. Para a análise foi realizada uma busca no Portal de Periódicos Capes, contemplando artigos internacionais, em língua inglesa, e artigos nacionais, em língua portuguesa, resultando em uma amostra final de 112 artigos, que foram submetidos à análise de conteúdo.

O levantamento das correlações dos temas resultou em cinco principais associações, que são: órgão padronizador; gerenciamento de resultados; demonstrações financeiras; normas contábeis; e contexto histórico. Tais associações demonstram uma preocupação dos pesquisadores em relação ao que é divulgado pela empresa. De forma resumida, as pesquisas se dirigem aos órgãos padronizadores e a sua definição de objetivos para a demonstração financeira, a qual se ramifica em teoria da decisão e auxílio na execução do *Stewardship*.

Por sua vez, a consequência do gerenciamento de resultados vai ser definida pela postura do gestor, pois, se seus objetivos estiverem alinhados com os da empresa, ela será impulsionada ao desenvolvimento. Caso contrário, se for guiado por objetivos individuais, poderá prejudicar a empresa. De forma simultânea, são apresentados casos de adoção de normas contábeis em novos países e suas consequências, abordando também seus antecedentes contábeis.

Percebeu-se uma grande influência dos órgãos normatizadores na discussão do *Stewardship*, diretamente afetado pelas normas emitidas pelo IASB e FASB, tornando-se mais numerosas após lançamento dos quadros conceituais, que aquecem discussões começadas pelos pioneiros no assunto. Na observação das universidades que originaram as pesquisas, explicita-se a existência de inúmeros polos de ensino no mundo.

A metodologia mais presente nos trabalhos analisados foi a qualitativa, que trabalha as teorias associadas ao tema, as quais costumam tratar de lançamentos de normas, contexto histórico e conceitos contábeis. Em seguida, aparecem os trabalhos quali/quantitativos, comprovando, através de cálculos, se essas teses são afirmativas ou nulas, o que possibilita aos analistas financeiros e gestores tomadas de decisões corretas, proporcionando o crescimento econômico da empresa.

O levantamento sobre os autores nacionais se tornou inviável, visto que a amostra se mostrou muito pequena, não possibilitando existência de autores com mais de uma publicação. No âmbito internacional, há um destaque para Christoph Pelger e Pieter Buys, tendo, cada um, desenvolvido três pesquisas sobre o tema.

A ética, o comprometimento e a crença foram fundamentos apontados pelas pesquisas como capazes de fazer com que um gestor enxergue as necessidades empresariais acima das suas próprias necessidades. Têm-se, portanto, a importância do seu cargo e a dependência existente entre ele e a empresa, favorecendo uma relação de ajuda mútua entre ambos.

Por fim, evidencia-se a necessidade de maiores discussões sobre a Teoria do *Stewardship*, visando espalhar a cultura dos objetivos alinhados e do comprometimento dos gerentes com a empresa, diminuindo gastos e prejuízos existentes e garantindo a todos uma possibilidade de crescimento.

## REFERÊNCIAS

ABDEL-KHALIK, A. R. Fair Value Accounting and Stewardship. **Accounting Perspectives**, v. 9, n. 4, p. 253-269, 2010.

AKPANUKO, E. E.; ASOGWA, I. E. Accountability: A Synthesis. **International Journal of Finance and Accounting**, United States, p.164-173, 2013.

ANDERSON, S. B; BROWN, J. L.; HODDER, L.; HOPKINS, P. E. The effect of alternative accounting measurement bases on investors' assessments of managers' stewardship. **Accounting, Organizations and Society**, v. 46, p. 100-114, 2015.

BARLEV, B.; HADDAD, J. R. Fair value accounting and the management of the firm. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 14, n. 4, p. 383-415, 2003.

- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade - Teoria e Prática**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BYRON, W. Twin Towers: A Philosophy and Theology of Business. **Journal of Business Ethics**, n. 7, p. 525-530, 1988.
- CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 46: mensuração do valor justo**. Brasília. CPC, 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CORDERY, C. J.; SINCLAIR, R. M. S. Decision-Usefulness and Stewardship as Conceptual Framework Objectives: Continuing Challenges, p.1-41, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2918784>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- CUNHA, M. R. O futuro da governança corporativa: Os avanços da responsabilidade dos investidores. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)**, p. 239-240, 2013.
- DAVIS, J. H.; SCHOORMAN, F. D.; DONALDSON, L. Toward A Stewardship Theory of Management. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 1, p.20-47, 1997.
- ERB, C. PELGER, C. “Twisting words”? A study of the construction and reconstruction of reliability in financial reporting standard-setting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 40, p. 13-40, 2015.
- GASSEN, J. Are stewardship and valuation usefulness compatible or alternative objectives of financial accounting?, p. 1-56, 2008. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1095215](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1095215)>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- GJESDAL, F. Accounting for Stewardship. **Journal of Accounting Research**, p. 208-231, 1981.
- HENDERSON, D. Can Fair Values Be Used for Assessing Management’s Stewardship?. p. 2-59, 2016. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2779687>>. Acesso em: 15 jan. 2018.
- HILL, J G. Good Activist/Bad Activist: The Rise of International Stewardship Codes. **Law Working Paper**, p. 1-27, 2017. Disponível em: <[http://www.ecgi.global/sites/default/files/working\\_papers/documents/hillincl-sydney-cover.pdf](http://www.ecgi.global/sites/default/files/working_papers/documents/hillincl-sydney-cover.pdf)> Acesso em: 16 jan. 2018.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p.305-360, 1976.

KATZ, J. S.; MARTIN, B. R. What is Research Collaboration?. **Research Policy**, n.26, p.1-18, 1997.

KE, B; LI, Y.; YUAN, H. The substantial convergence of Chinese accounting standards with IFRS and the managerial pay-for-accounting performance sensitivity of publicly listed Chinese firms. **Journal of Accounting and Public Policy**, v 35, n. 6, 2016.

KOTHARI, S. P.; RAMANNA, K.; SKINNER, D. J. Implications for GAAP from an analysis of positive research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 246-286, 2010.

KUHNER, C.; PELGER, C. On the Relationship of Stewardship and Valuation-An Analytical Viewpoint. **Abacus**, v. 51, n. 3, p. 379-411, 2015.

LENNARD, A. Stewardship and the Objectives of Financial Statements: A Comment on IASB's Preliminary Views on an Improved Conceptual Framework for Financial Reporting. **Accounting in Europe**, v. 4, n. 1, p. 51-66, 2007.

MACHADO, M. J. C.; CARVALHO, L. N. G. Stewardship x Valor Justo: Fatores Organizacionais que Favorecem esta Relação. **XVII USP Internacional Conference in Accounting**, São Paulo, 2017.

MARTINS, O. S.; ARAUJO, A. M. H. B.; NIYAMA, J. K. Uma Discussão Conceitual e Contemporânea Sobre a Teoria da Mensuração e sua Relação com a Contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 3, p. 501-528, 2011.

MATSUMOTO, A. S.; PARREIRA, E. M. Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e consequências. **Unb Contábil**, v. 10, n. 1, p. 141-157, 2007.

O'BRIEN, P. C. Changing the Concepts to Justify the Standards. **Accounting Perspectives**, v. 8, n. 4, p. 263-275, 2009.

OLIVEIRA, K. P. S. LUIZ, J. R. M.; MOREIRA, M. V. F.; MELO, L. S. A. Contribuição da Religião na Evolução Histórica da Contabilidade: Percepção dos Alunos de Ciências Contábeis da Cidade de Campina Grande - PB. **XIII USP Internacional Conference In Accounting**, São Paulo, 2016.

PARÉ, G.; TRUDEL, M. C.; JAANA, M.; KITSIOU, S. Synthesizing information systems knowledge: A typology of literature reviews. **Information & Management**, v. 52, n. 2, p.183-199, 2015.

SILVEIRA, A. M. Teoria da Custódia (Stewardship Theory). **Governança Corporativa no Brasil e no Mundo: Teoria e Prática**. São Paulo: Elsevier, 2010.

SUNDER, S. **Teoria da contabilidade e do controle**. São Paulo: Atlas, 2014.

TSUKIOKA, Y. The Impact of Japan's Stewardship Code on Shareholder Voting. **30th Australasian Finance and Banking Conference 2017**, p. 1-41, 2017. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3013999>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

VOULGARIS, G.; STATHOPOULOS, K.; WALKER, M. IFRS and the Use of Accounting-Based Performance Measures in Executive Pay. **The International Journal of Accounting**, v. 49, n. 4, p. 479-514, 2014.